

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 16/2014

Período: 17/05/2014 - 23/05/2014

GEDES – Brasil

- 1- Médico responsável por operação plástica de Carlos Lamarca foi preso pelo regime militar
- 2- Copa do Mundo I: segurança na Copa é motivo de preocupações
- 3- Impasse em relação à compra de armamentos para a Polícia Federal
- 4- Rodrigo Patto Sá Motta escreveu sobre a relação entre o regime militar e as universidades brasileiras
- 5- Militares foram denunciados pela morte do ex deputado federal Rubens Paiva
- 6- Copa do Mundo II: Lei do Abate será estendida para permitir a derrubada de aeronaves hostis
- 7- Copa do Mundo III: Exército fez exercícios de prevenção contra terrorismo
- 8- Copa do Mundo IV: Forças Armadas e outros órgãos fazem operação de fiscalização das fronteiras brasileiras
- 9- O jornalista José Nêumanne criticou o uso político de ex-militantes contra o regime militar pelo governo brasileiro

1- Médico responsável por operação plástica de Carlos Lamarca foi preso pelo regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, em julho de 1969, o médico Afrânio de Freitas Azevedo foi consultado por um colega sobre a possibilidade de realizar uma cirurgia plástica em um guerrilheiro procurado pelo regime militar (1964-1985). Azevedo desconhecia o fato de que o guerrilheiro era Carlos Lamarca, então membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e um dos militantes mais procurados pelo regime. Segundo a *Folha*, Azevedo crê que não foi escolhido por seu talento como cirurgião plástico, mas por sua origem comunista, que lhe rendeu cinco prisões por ‘averiguação’ durante o regime. De acordo com a *Folha*, seis meses após a realização da cirurgia, Azevedo foi denunciado ao regime pelo médico que lhe pediu o favor, mas afirmou não o considerar um delator, pois havia sido “barbaramente torturado” para que o denunciasse. Azevedo foi preso no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) por 73 dias e relatou ter presenciado torturas, mas não as sofreu por ser casado com a filha de um general que servia no Ministério da Guerra. Azevedo na época era integrante da equipe do renomado cirurgião plástico e membro da Academia Brasileira de Letras, Ivo Pitanguy. A *Folha* afirmou que, no processo que sofreu, Pitanguy se ofereceu a testemunhar, defendendo que “qualquer paciente que procure um cirurgião ‘em busca de harmonizar suas feições deve ser atendido’”. Azevedo foi absolvido durante o processo, mas ficou conhecido na época como “cirurgião do terror”, o que lhe rendeu muitos pacientes. (Folha de S. Paulo - Poder - 17/05/14)

2- Copa do Mundo I: segurança na Copa é motivo de preocupações

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a preocupação e possível utilização das Forças Armadas durante a Copa do Mundo de 2014 estão inicialmente voltadas para os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte. As Forças Armadas temem que greves das Polícias Militares possa ocorrer simultaneamente as manifestações programadas para esses estados. De acordo com *O Estado* a presidenta da República, Dilma Rousseff, tem se mantido informada sobre essas regiões pela Polícia Federal, Forças Armadas, Agência Brasileira Inteligência (Abin), Ministério da Justiça, entre outros órgãos. Caso haja a necessidade de reforço da segurança nesses estados, as Forças Armadas serão utilizadas. Entretanto, *O Estado* ressaltou que não existe um gabinete de crise em funcionamento e que o uso do Exército, Marinha e Aeronáutica necessita de uma solicitação por parte dos estados. O periódico afirmou que existe também a preocupação em relação à segurança de autoridades e os deslocamentos de seleções estrangeiras, os quais estão submetidos às Polícias Federal e Militar, podendo ser repassados às Forças Armadas, possibilidade essa que está sendo analisada pelos Ministérios da Justiça e da Defesa. (*O Estado de S. Paulo - Metrópole - 17/05/14*)

3- Impasse em relação à compra de armamentos para a Polícia Federal

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército apresentou objeções à compra de 3.000 pistolas semiautomáticas estadunidense, modelo Glock, pela Polícia Federal (PF), já utilizada pela corporação e considerada superior às nacionais. O Exército, responsável por autorizar importações e proteger a indústria nacional de defesa, recusou, em 2013, o pedido de compra de 3.000 pistolas Glock ante o argumento de que havia um modelo nacional similar, a pistola PT 24/7, fabricada pela empresa Taurus. Entretanto, após pedido de reconsideração realizado pela PF este ano, o Exército liberou compras emergenciais de pistolas Glock. Apesar de o Exército preferir a aquisição de armas nacionais, grupos especiais da própria Força utilizam as pistolas estadunidense, entre outras armas importadas como forma de conhecimento, e assim criar parâmetros para novos armamentos brasileiros. Segundo a *Folha*, com o objetivo de criar um produto nacional que possa atender adequadamente à demanda da PF, os Ministérios da Defesa e da Justiça criaram uma comissão cuja meta é definir os requisitos do armamento e apresentá-los à indústria nacional. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/05/14*)

4- Rodrigo Patto Sá Motta escreveu sobre a relação entre o regime militar e as universidades brasileiras

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Rodrigo Patto Sá Motta, professor associado de História da Universidade Federal de Minas Gerais, afirmou que “a faceta modernizadora da ditadura era uma tentativa de compensar a violência imposta a segmentos da comunidade universitária”. Motta ressaltou que há herança do regime militar (1964-1985) nas estruturas universitárias atuais e explicou que a política universitária do regime resultou do contraste entre opiniões divergentes. Em 1964 havia uma frente heterogênea, formada por liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e reformistas moderados que desejavam a queda do então

presidente da República, João Goulart, por causa de sua política “esquerdista”. Neste contexto, as universidades tinham um papel estratégico por reunir os inimigos do novo regime e ser responsável pela formação das elites políticas e intelectuais do país. As políticas militares desenvolvimentistas contribuíram para o aumento do número de universitários, além de criar o sistema de vestibular unificado, reformou a carreira dos docentes, expandiu o número de bolsas, implantou um sistema nacional de pós-graduação, construiu novos campi e aumentou os laços com instituições fora do Brasil. No entanto, em meio à modernização, houve também a repressão: muitos estudantes e professores foram afastados e até perseguidos. A faceta modernizadora do regime tinha interesses políticos, dos quais resultaram iniciativas como o Projeto Rondon, cujo objetivo era promover os valores do regime. Segundo Motta, as reações ao regime militar variaram entre adesão, resistência e acomodação, sendo fundamental levar em consideração as estratégias modernizadoras de acomodação para compreender a viabilização da transição democrática no Brasil. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/05/14)

5- Militares foram denunciados pela morte do ex-deputado federal Rubens Paiva

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cinco militares foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), acusados de participar da morte e ocultação do cadáver do ex-deputado federal Rubens Paiva em 1971, durante o regime militar (1964-1985). Os procuradores argumentaram que o caso trata-se de crime contra a humanidade e, portanto, imprescritível e não sujeito à Lei da Anistia (1979). Caso a Justiça aceite a denúncia, será a primeira vez que os crimes cometidos durante o regime militar serão julgados. O principal denunciado é o general reformado José Antonio Nogueira Belham, que comandava o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), seguido pelo coronel reformado Rubens Paim Sampaio, ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), ambos foram acusados de homicídio triplamente qualificado, associação criminosa armada e ocultação de cadáver. Já o coronel reformado Raymundo Ronaldo Campos e os ex-sargentos Jurandyr e Jacy Ochsendorf e Souza foram acusados de ocultação de cadáver, fraude processual e associação criminosa por encenar o resgate de Paiva por grupos “terroristas” de esquerda a fim de encobrir a morte do ex-deputado. Dentre as provas apresentadas contra os militares estão os documentos apreendidos na residência do coronel reformado Paulo Malhães, encontrado morto em abril deste ano após confessar envolvimento na ocultação dos restos mortais de Paiva. De acordo com a *Folha*, a professora Cecília Viveiros de Castro e sua cunhada Marilene Corona Franco foram presas nas mesmas instalações que Paiva, onde ouviram gritos de um preso sendo interrogado, o qual posteriormente reconheceram como o ex-deputado. Franco afirmou que, para abafar os gritos de Paiva, os militares ligaram o rádio em alto volume, tocando as músicas “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, e “Apesar de Você”, de Chico Buarque de Hollanda. De acordo com *O Estado*, outro preso ouvido pelo grupo de trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal foi Edson Medeiros, que confirmou ter ouvido um homem sendo torturado ao som da música “Jesus Cristo” e, posteriormente, viu um corpo com as características

de Paiva sendo arrastado por dois recrutas. Segundo o advogado de Belham, Sampaio e Campos, os militares negam as acusações. Conforme a *Folha*, o coronel Paim Sampaio, em depoimento ao MPF, negou estar nas instalações do DOI-Codi quando Paiva foi torturado. O coronel falecido em 2013, Ronald Leão, em depoimento que faz parte da denúncia, declarou que foi impedido pelo coronel Paim Sampaio de entrar na sala onde Paiva estava sendo torturado. A Procuradoria acredita que Paim Sampaio teve “participação comissiva”, por impedir a entrada de alguém que poderia intervir. O coronel nega essa informação e disse que soube da morte de Paiva por um telefonema de alguém do DOI-Codi o qual não se recorda o nome. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/05/14; Folha de S. Paulo - Poder - 21/05/14; O Estado de S. Paulo - Política - 20/05/14)

6- Copa do Mundo II: Lei do Abate será estendida para permitir a derrubada de aeronaves hostis

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, assinará um decreto que estenderá as regras da Lei do Abate, para autorizar a derrubada de aeronaves que se aproximarem de áreas proibidas nas 12 cidades que sediarão jogos da Copa do Mundo. Pela lei atual, a derrubada de uma aeronave somente é permitida em casos de narcotráfico, sendo a ordem do tiro de destruição responsabilidade do presidente da República. O novo decreto permitirá que a ordem seja delegada ao comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), após cumprir cerca de dez procedimentos de checagem. Inicialmente, será realizada a filmagem da aeronave irregular, a fim de checar seu prefixo e matrícula para fins de identificação. Havendo irregularidade, um caça da FAB emitirá sinais visuais e, caso o piloto não responda, a aeronave suspeita será interceptada e terá sua rota alterada. Se o piloto ainda não responder, serão disparados tiros de advertência e, caso a aeronave seja considerada hostil, poderá ser derrubada. O jornal destacou que na Copa das Confederações, em 2013, um avião que invadiu uma área de exclusão foi interceptado por um A-29 Super Tucano e teve sua rota alterada. As restrições anunciadas para o espaço aéreo durante a Copa, entre 10/06/14 e 15/07/14, atingirão 25 aeroportos brasileiros e a Arena Corinthians, na cidade de São Paulo, terá o espaço aéreo fechado durante a abertura da Copa. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 20/05/14)

7- Copa do Mundo III: Exército fez exercícios de prevenção contra terrorismo

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, uma operação envolvendo 3 mil militares aconteceu nos dias 20 e 21/05/14 em Brasília, capital federal. Militares equipados com fuzis e metralhadoras desembarcaram de blindados em comboio chamando a atenção dos moradores da cidade. Essa operação faz parte das simulações para a Copa do Mundo, quando as tropas ficarão de prontidão até o final do evento. Durante o Mundial, os militares serão responsáveis pela escolta das delegações e da segurança de pontos estratégicos, como subestações de energia elétrica, aeroportos e reservatórios de água, com objetivo de evitar ataques terroristas. A simulação teve por objetivo ambientar as tropas aos terrenos que protegerão durante a Copa. Batizada de Operação Planalto 8, a simulação levou tropas a percorrerem

lugares estratégicos na cidade, como o Estádio Nacional de Brasília, conhecido como “Mané Garrincha” e hotéis que serão ocupados pelas seleções estrangeiras. A corporação utilizará militares na Força Planalto (Forplan), que são treinados para enfrentar ações contra terrorismo e ataques químicos. O Exército contará com veículos blindados, metralhadoras, radares de solo, helicópteros, mais de 400 viaturas e roupas especiais contra ataques químicos. De acordo com o *Correio*, os comandantes ressaltam que as ações durante a Copa do Mundo terão caráter preventivo. O coronel e porta-voz do Exército, Gilberto Braviliere, relatou que tomarão as medidas necessárias para que o público possa aproveitar o espetáculo. (Correio Braziliense - Cidades - 21/05/14)

8- Copa do Mundo IV: Forças Armadas e outros órgãos fazem operação de fiscalização das fronteiras brasileiras

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, iniciou-se no dia 10/05/14 a Operação Ágata 8, com a participação de 30 mil homens das Forças Armadas, cujo objetivo é fiscalizar as fronteiras brasileiras em função da Copa do Mundo. Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão distribuídos por toda fronteira brasileira. Além das Forças Armadas, participam da operação as forças especiais da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e de outros organismos, como a Alfândega e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Ministério da Justiça comunicou às autoridades dos 10 países sul-americanos vizinhos sobre a intensa mobilização militar. O objetivo dessa ação é combater os principais delitos fronteiriços, sendo estes: narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munição, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração e garimpo ilegal. A operação Ágata 8 é coordenada por oito centros de comando nas cidades próximas às fronteiras, como Manaus, no estado do Amazonas; Belém, no Pará; Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A Marinha mobilizou navios de patrulha fluvial e de assistência hospitalar, além de helicópteros UH-12 “Esquilo”, lanchas, balsas e agências-escolas flutuantes. Já o Exército colocou em operação integrantes de diferentes batalhões de Infantaria de Selva, Infantaria de Fronteira e Mecanizado, unidades de Engenharia, Cavalaria, Logística, Aviação e Comunicações e de Guerra Eletrônica. Tal operação prevê a mobilização de 170 mil policiais e soldados e um investimento de R\$ 1,9 bilhão, sendo a maior operação realizada para um campeonato da Federação Internacional de Futebol (Fifa). Além de 150 mil agentes dos diferentes corpos de polícia e das Forças Armadas, 20 mil agentes de segurança privada atuarão dentro dos estádios. (Correio Braziliense - Cidades - 21/05/14)

9- O jornalista José Nêumane criticou o uso político de ex-militantes contra o regime militar pelo governo brasileiro

Em coluna opinativa para periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista, poeta e escritor José Nêumane relatou que no dia 16/05/14 a professora Marilena Nakano, fez parte de um grupo de ex-militantes contrários ao regime militar (1964-1985), convidados para receberem uma homenagem prestada por movimentos sociais, sindicatos e pela Prefeitura Municipal da cidade de Mauá,

no estado de São Paulo. Entretanto, a professora se recusou a participar do evento por discordar ética e moralmente de alguns de seus organizadores e aproveitou o ensejo para divulgar um documento com o nome: “Carta aberta de repúdio contra aqueles que desejam o poder pelo poder e fazem uso político dos mortos, presos, torturados e exilados dos tempos da ditadura como trampolim para permanecer no poder”. De acordo com Nêumanne, o título apresenta uma dura condenação aos governos atuais e coloca a professora entre os que não concordam com “o uso politiquero do combate armado ao arbítrio militar”. Nêumanne concluiu que a carta de Nakano provoca desconfiança do porquê o governo exuma “cadáveres enterrados há mais de 40 anos” mas se esforça para manter “sob sete palmos de terra verdades atuais”, como o caso do “arrombamento dos cofres da Petrobrás”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 21/05/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)